

Gianello renuncia ao cargo de vereador em S.Caetano

Tomada às vésperas de sessão que poderia lhe cassar o mandato, decisão busca evitar a perda de direitos políticos

O vereador de São Caetano Matheus Gianello (PL) apresentou ontem carta de renúncia ao mandato. O documento foi protocolado na Câmara no fim do dia. A manobra busca evitar possível desdobramento da comissão processante que investiga o liberal por quebra de decoro. Na semana que vem, seria votada a cassação de seu mandato. Ele é investigado por manter assessoria fantasma no gabinete. O Diário

apurou que não há garantia de que os procedimentos regimentais para análise das denúncias cessem com a medida. Se 2/3 dos parlamentares (14 dos 21) validarem os pareceres com as irregularidades, o político poderá ter os direitos políticos suspensos por até oito anos. A tese está fundamentada na Lei da Ficha Limpa. O mais provável, todavia, é que os trabalhos sejam arquivados e o legislador escape da punição. No



VEREADOR. Matheus Gianello

documento, Gianello diz que a decisão de deixar o mandato, "de forma livre", é em caráter "irrevogável e irretroatável". Ao jornal, o vereador explicou que a atitude não representa o fim de sua trajetória política. Apesar de o documento ter sido apresentado às 18h50 pelo parlamentar, de acordo com o regimento interno da Câmara a desistência passa a ter validade apenas após leitura em

plenário. Reunião definirá a manutenção da sessão extraordinária programada para as 14h de segunda e que decidirá o futuro do vereador. Antes do são-caetanense, o mais recente episódio similar no Grande ABC havia sido registrado seis anos atrás. Roberto Rautenberg (à época no PRB), o mais bem votado de Santo André em 2016, abdicou da cadeira em abril de 2020. [Política 3](#)

Gianello entrega carta de renúncia à Câmara para tentar evitar perda dos direitos políticos

Manobra não impede o andamento da comissão processante no Legislativo de São Caetano

WILSON GUARDIA
wilsonguardia@dgabc.com.br

O vereador de São Caetano Matheus Gianello (PL) apresentou ontem carta de renúncia ao mandato, dias antes de sessão extraordinária marcada para segunda-feira (31), às 14h, que decidirá o futuro dele na Câmara. A manobra do liberal busca evitar possível desdobramento da comissão processante, que o investiga por quebra de decoro ao supostamente manter no gabinete assessoria fantasma, com consequente perda dos direitos políticos.

Todavia, ao abrir mão do cargo não há garantias de que os procedimentos regimentais para análise das denúncias cessem. Se 2/3 dos parlamentares (14 dos 21) validarem os pareceres com as irregularidades, o político poderá ficar inelegível por até oito anos.

A tese está fundamentada na Lei da Ficha Limpa, que

prevê a inelegibilidade de membros do Poder Legislativo municipal que renunciarem aos respectivos mandatos desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infração a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica do Município. A inelegibilidade alcança as eleições realizadas durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura.

Cita-se como exemplo o impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello em dezembro de 1992. Na época, o chefe da Nação chegou a deixar o cargo de forma voluntária, mas mesmo assim acabou punido, não podendo concorrer a cargo eletivo nos anos subsequentes.

Gianello apresentou o documento às 18h50 de ontem baseado nos artigos 76, inciso I, do regimento interno, o qual prevê que a extinção do mandato "verificar-se-a quando renúncia por escrito" e 80, que determina "que a renúncia de vereador ocorrerá por ofício, dirigido à Câmara imputando-

se aberta a vaga, independentemente de votação, desde que seja lido em sessão pública e conste da ata".

Gianello também se baseou no artigo 8º, inciso I, do Decreto-Lei 201/1967, o qual determina "que o mandato do vereador se extingue quando ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos ou condenação por crime funcional ou eleitoral".

O político justificou ainda que sua decisão de deixar o mandato era de "forma livre, irrevogável e irretroatável". A reportagem o liberal explicou que a renúncia não representa o fim da trajetória política. "Em breve, apresentarei um novo projeto para São Caetano. Vem novidade e uma grande surpresa por aí", disse sem detalhar os passos.

O chefe do Legislativo, Carlos Humberto Seraphim, o Dr. Seraphim (PL), afirmou ao Diário que uma reunião ocorrerá ainda hoje com o presidente e o relator da comissão processante, Cícinho Moreira (PL) e Jander Lira (PSB), respectivamente, e o jurídico do Parlamento, para definir sobre a manutenção da sessão marcada para a tarde de segunda. Questionado, Jander afir-

mou que "não existe razão para continuar com o processo, pois o objeto perdeu a razão". Diante disso, acrescentou que votará pelo arquivamento do processo. Cícinho, por sua vez, não se manifestou.

A comissão processante foi instalada a partir de denúncia apresentada pelo empresário Marcelo Jesus Camargo, que atribui a Gianello a prática de condutas que configurariam quebra de decoro, procedimento incompatível com a dignidade do cargo e possível utilização irregular de recursos públicos para à manutenção e remuneração de servidores.



GIANELLO. Garante que saída do cargo não é o fim da carreira política

Santo André teve caso parecido ao são-caetanense no ano de 2020

O caso de Matheus Gianello, vereador de São Caetano que apresentou ontem renúncia ao mandato, não é isolado na história recente do Grande ABC.

Roberto Rautenberg (à

época no PRB), parlamentar de Santo André que ostentava o título de vereador mais bem votado do Grande ABC na eleição de 2016, quando conquistou a confiança de 7.863 eleitores nas urnas, renunciou ao cargo eletivo em abril de 2020. A vaga foi ocupada por Jorge Kina (à época no PSB).

Na ocasião, Rautenberg protocolou carta com o pedido direcionado ao então presidente do Legislativo, Pedri-

nho Botaro (PSDB), que seguiu os ritos protocolares e fez a leitura do documento em sessão extraordinária.

O parlamentar andreenense não detalhou os motivos que o levaram a abrir mão da cadeira.

No caso de Gianello, a decisão é tratada nos corredores da Câmara como sem precedentes, o que mobilizou vereadores e equipe jurídica às pressas para tratar sobre desdobramentos. **WG**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Página: 3